

2.1.3.6. ASSESSORIA JURÍDICA E DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

Coordenador: Lauro Antônio Pasche

A Assessoria Jurídica e de Legislação e Normas é um órgão suplementar, adscrito à Presidência da FIDENE e à Reitoria da UNIJUÍ.

Tem como atribuições assessorar todos os setores da Instituição em assuntos de natureza jurídica; fazer a interpretação de legislação a ser seguida em suas áreas de atuação; elaborar estudos, emitir pareceres e preparar informações; assistir a Direção da Instituição no controle interno da legalidade administrativa dos atos praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou colegiado interno; elaborar e examinar textos de edital, contratos, convênios ou instrumentos congêneres a serem celebrados; examinar ordens e sentenças judiciais e acompanhar seu exato cumprimento.

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica e de Legislação e Normas podem ser divididas em dois blocos.

Num primeiro bloco são elencadas as atividades desenvolvidas na parte jurídica em geral, que são as seguintes: assessoria jurídica preventiva; elaboração e análise de contratos e distratos, editais, convênios, pareceres, resoluções, portarias e outros atos normativos; acompanhamento de processos judiciais e extrajudiciais; encaminhamento e acompanhamento na tramitação de processos e documentos de professores-visitantes estrangeiros; assessoria e orientação jurídica aos diversos setores da instituição, tais como: Secretaria Acadêmica, Coordenadoria de Recursos Humanos, Coordenadoria Financeira, Coordenadora Patrimonial e Departamentos Universitários; Reitoria e mantidas da FIDENE.

Num segundo bloco são elencadas as atividades desenvolvidas, mais especificamente, na área educacional de Legislação e Normas, quais sejam: análise, do ponto de vista legal e jurídico, dos seguintes processos: projetos de criação e implantação de Cursos de Graduação, de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; modificações nas propostas de cursos, quanto a currículo, semestralização, sistema de pré-requisitos, etc; elaboração e análise de Regimentos de Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Estágios dos diversos cursos; elaboração de pareceres, portarias, resoluções, despachos, em nível da Reitoria e Conselhos Superiores; assessoria na área da legislação educacional à Reitoria, aos diversos Departamentos da Universidade, bem como aos setores, com ênfase à Secretaria Acadêmica e à mantida Centro de Educação Básica Francisco de Assis - EFA.

1. Principais Atividades Desenvolvidas na Assessoria Jurídica e de Legislação e Normas

- prestou assessoria jurídica e preventiva;
- representou e acompanhou os processos em juízo ou fora dele;
- assessorou a Reitoria e a Presidência, bem como os demais setores da Instituição e as mantidas da FIDENE, na resolução de assuntos da área jurídica;
- elaborou estudos e emitiu pareceres e pronunciamentos, bem como, prestou informações e orientação oral;
- elaborou e examinou editais, contratos, distratos e convênios;
- elaborou resoluções, portarias e demais documentos legais relacionados à Instituição;
- pesquisou e estudou na legislação, na jurisprudência e na doutrina jurídica, para fundamentar análise, conferência e instrução de processos;
- analisou, do ponto de vista legal, documentos como: projetos de criação de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação; modificações nas propostas dos Cursos em relação a: currículo, semestralização, sistemas de pré-requisitos; regimentos diversos.
- assessorou a Reitoria, Departamentos da Universidade e EFA em questões relacionadas com a legislação educacional.

Reunião SINDIMAN	O	1	SINDIMAN/Lajeado	4 horas
Reunião SINDIMAN	O	1	SINDIMAN/Passo Fundo	4 horas
Reunião COMUNG – Filantropia	O	1	COMUNG – Lajeado/RS	8 horas
Formação para Gestores – Comunicação Não Violenta	S	2	Centro de Eventos	8 horas
Palestra e-Social UNIJUÍ	O	1	Salão Azul	2 horas
Fórum De Gerentes	O	1	Sala de Aula	2h30min
Evento Institucional – Dia do Profissional da Educação	O	1	Salão Azul	3 horas
Evento Institucional – SIPAT 2017 Ijuí – Relações Interpessoais	O	2	Salão Azul	3 horas
Reunião sobre Plano de Saúde	O	2	Salão de Atos	2 horas
Fórum de Gestão do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Instituições Comunitárias de Educação Superior no RS – Reforma Trabalhista e Negociações Coletivas 2018	O	1	SINDIMAN Universidade La Salle – Canoas/RS	8 horas
Formação: apresentação dos setores	O	1	Sinergia	1 hora
Qualidade em Serviços	C	1	FGV <i>online</i>	15 horas
Capacitação para Guias do Profissional do Futuro 2017	O	1	CMKT/UNIJUÍ	2 horas
Guia do Profissional do Futuro 2017	O	1	CMKT/UNIJUÍ	3 horas
Ministrante de Cursos	C	1	Programa Sinergia/UNIJUÍ	3 horas
Fiscal de provas	O	1	UNIJUÍ – Ijuí/RS	5 horas
Fiscal de prova – Vestibular de Inverno	O	1	UNIJUÍ – Ijuí/RS	3 horas
Escala de Matrícula	O	1	UNIJUÍ – Ijuí/RS	4 horas
Capacitação sobre Atas e Documentos Oficiais	T	1	NDRH/UNIJUÍ – Ijuí/RS	3 horas
Salão do Conhecimento	O	1	VRG – Ijuí/RS	20 horas

S - Seminário **C** - Curso **T** - Treinamento **O** - Outros

NÚCLEO DE COBRANÇAS

Vinculado à Assessoria Jurídica e de Legislação e Normas a partir de abril de 2008, tem como principais atribuições: efetivar a cobrança administrativa (escrita) de débitos relativos a mensalidades escolares de estudantes ativos e inativos de cursos de graduação, de pós-graduação, EFA e Cursos Técnicos, contratos de confissão de dívidas, acordos judiciais, fundo rotativo, MPE, notas fiscais, contratos de aluguéis e de prestação de serviço.

As atividades do Núcleo de Cobranças podem ser resumidas em: análise da conta corrente, contratos e históricos dos estudantes, elaboração das notificações, envio das mesmas e controle do retorno, registro dos devedores no SPC e/ou SERASA, baixa dos registros junto ao SPC/SERASA, controle dos cadastros de negativação, organização de material e encaminhamento de débitos para cobrança judicial, negociação direta com os devedores pessoalmente, por telefone e e-mail, suporte aos colegas das CAAs dos outros *Campi* nas negociações de débitos em cobrança, confecção de contratos de confissão de dívidas.

No ano de 2014 houve reformulação do quadro funcional do Núcleo de Cobranças, passando a contar com apenas 04 colaboradores na cobrança administrativa, tendo sido transferidos 02 colaboradores para laborar diretamente com cobranças judiciais, permanecendo estes no ambiente do Núcleo de Cobranças. No ano de 2015 foi ampliada a equipe de técnicos que laboram diretamente com as cobranças judiciais, de dois para três, contando, no final de 2015, o setor, com 08 colaboradores. No ano de 2017 a equipe de técnicos que labora com cobranças administrativas foi reduzida para 03 colaboradores, contando o setor, ao final de 2017, com 07 colaboradores.

Cobranças específicas empreendidas em 2017 referente a exercícios do ano e anteriores:

- **Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu** – aproximadamente 340 devedores cobrados (valor nominal de R\$ 1.147.743,00). Destes, valor nominal efetivamente recuperado: R\$ 713.525,00 (230 estudantes).
- **Fundo Rotativo** – efetuada cobrança de 51 devedores e fiadores (valor nominal de R\$ 104.524,00). Destes, valor nominal efetivamente recuperado: R\$ 61.927,19 (45 estudantes).
- **Graduação** – aproximadamente 517 devedores cobrados (valor nominal de R\$ 1.760.072,23). Destes, valor nominal efetivamente recuperado: R\$ 555.732,24 (207 estudantes).
- **M.P.E.** – aproximadamente 84 devedores cobrados (valor nominal de R\$ 231.771,03). Destes, valor nominal efetivamente recuperado: R\$ 120.153,70 (53 estudantes).
- **Contratos de Renegociação e Acordos Judiciais:** aproximadamente 713 devedores e/ou fiadores cobrados (valor nominal de R\$ 3.237.731,58). Destes, valor nominal efetivamente recuperado: R\$ 974.843,68 (460 estudantes).
- **Curso Técnico em Enfermagem e Qualificação/EFA:** aproximadamente 10 devedores cobrados (valor nominal de R\$ 16.574,08). Destes, valor nominal efetivamente recuperado: R\$ 5.673,79 (05 estudantes).
- **EFA (ensino fundamental e médio):** aproximadamente 147 devedores cobrados (valor nominal de R\$ 280.949,78). Valor nominal efetivamente recuperado: R\$ 232.052,92 (119 alunos).
- No decorrer do ano de 2017 foram efetivados 1.452 registros de negativação de devedores junto ao SPC e foram ajuizadas 619 ações judiciais de cobrança de débitos.